



ACÓRDÃO Nº1583/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº12433/2020.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Unidade de Pronto Atendimento Upa 24h José Rodrigues - Cidade Nova.
- 4- **Exercício:** 2019.
- 5- **Responsável:** Geila Glenda Nascimento de Freitas (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Não possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAD.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 3747/2023-DIMP-EMFA, Dra. Elissandra Monteiro Freire Alvares, em substituição, ao Dr. Ademir Carvalho Pinheiro, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Unidade de Pronto Atendimento Upa 24h José Rodrigues - Cidade Nova. Exercício de 2019.

*Regularidade com ressalvas. Multa.
Recomendação. Ciência. Arquivamento.*

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em parcial consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas Anual da Unidade de Pronto Atendimento UPA 24h José Rodrigues – Cidade Nova, referente ao exercício de 2019, sob a responsabilidade da **Sra. Geila Glenda Nascimento de Freitas**, Diretora Geral e Ordenadora de Despesas, à época, nos termos do art. 22, II c/c o art. 24, ambos da Lei nº 2.423/96TCE/AM;
- 10.2. **Aplicar Multa** a **Sra. Geila Glenda Nascimento de Freitas**, Diretora Geral e Ordenadora de Despesas, referente ao exercício 2019, no valor de **R\$ 1.706,80** (mil setecentos e seis reais e oitenta centavos), conforme o art. 54, I, “a”, da Lei nº 2.423/1996, com redação dada pela LC nº 204/2020, c/c o art. 308, I, “a”, da Resolução nº 04/2002 - TCE/AM, alterada pela Resolução nº 4/2018 – TCE/AM, por cada mês de atraso (julho/2019 a dezembro/2019) na inserção de dados no Sistema e-Contas, totalizando o montante de **R\$ 10.240,80** (dez mil, duzentos e quarenta reais e oitenta centavos), de acordo a restrição nº 2 na fundamentação do voto e fixar **prazo de 30 dias** para que o



ACÓRDÃO Nº1583/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO

responsável recolha o valor da multa na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de dar avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE”. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

10.3. Recomendar à Unidade de Pronto Atendimento Upa 24h José Rodrigues - Cidade Nova que:

10.3.1. Observe o prazo para o envio dos balancetes mensais ao sistema e-contas, conforme estabelecido no art. 15 c/c art. 20, II, da Lei Complementar Estadual nº 06/1991, com redação dada pela Lei Complementar Estadual nº 24/2000 c/c Resolução nº 13/2015 – TCE/AM;

10.3.2. Implante dentro das Unidades o Controle Interno, realizando todos os procedimentos administrativos necessários a completa adequação, de modo a manter a eficácia operacional, gerar relatórios confiáveis sobre o desempenho e garantir a conformidade nos atos de gestão das unidades de saúde;

10.4. Dar ciência a Sra. Geila Glenda Nascimento de Freitas, Diretora Geral e Ordenadora de Despesas da UPA, à época, para conhecimento da decisão;

10.5. Arquivar os autos, após expirados os prazos legais.



ACÓRDÃO Nº1583/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO

- 11- Ata:** 26ª Sessão Ordinária– Tribunal Pleno.
12- Data da Sessão: 1 de Agosto de 2023
13- Especificação do quórum: Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente- não votou), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mario Manoel Coelho de Mello, Josué Cláudio de Souza Neto e Luis Fabian Pereira Barbosa.
14- Representante do Ministério Público de Contas: Dra.Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral.

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro-Presidente

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro Relator

FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA
Procuradora-Geral